

Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Equipe "jovem" de Haddad enfrenta desconfiança do mercado2

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF poderá limitar multa por erros em dados fiscais3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Âncora certa, maior PIB - RAUL VELLOSO5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Dias anuncia pente fino no Bolsa Família7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Tesouro lança título de "aposentadoria"9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nomes anunciados por Haddad dividem opinião de analistas10

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estado e empresas perdem com disputas tributárias (Editorial)12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com juros altos, renda fixa deverá seguir em alta em 2023 - MERCADO S/A14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução de tributo sobre herança chegaria a R\$ 4 bi15

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Lula assume com economia abatida, inflação latente e emprego sem fôlego16

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Saneamento tem lacuna anual de R\$ 22 bi em investimentos19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mercado vê juros a 12% e inflação maior em 202322

Equipe "jovem" de Haddad enfrenta desconfiança do mercado

**ANNA CAROLINA PAPP BRASÍLIA MÁRCIA DE CHIARA
SÃO PAULO**

O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, montou uma equipe "jovem", mas alguns dos nomes escolhidos já enfrentam desconfianças.

Ele anunciou Marcos Barbosa Pinto (Reformas Econômicas), Rogério Ceron (Tesouro Nacional), Guilherme Mello (Política Econômica) e Robinson Barreirinhas (**Receita Federal**).

E ainda Gabriel Galípolo (Executiva), Bernard Appy (**reforma tributária**) e Anelize Almeida (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional).

Ceron agradou pelo trabalho à frente da Prefeitura de São Paulo, mas o mercado ainda se ressentido de não haver um nome com mais "musculatura" na área fiscal que possa afastar as desconfianças depois da PEC da Transição.

Na equipe técnica do Ministério da Economia, o nome para o Tesouro foi bem recebido.

Ceron já teve reuniões individuais com os técnicos do primeiro escalão. A avaliação interna é de que ele não fará grandes mudanças.

Já Barreirinha não agradou aos servidores da Receita porque não é da carreira. A Associação Nacional dos Auditores da **Receita Federal** (Unafisco) chegou a divulgar uma nota com o título de "Leão Ferido" para criticar a escolha dele.

Guilherme Mello na SPE, órgão com função formuladora na Fazenda, é visto como um nome muito ligado ao petismo e à pauta desenvolvimentista.

Entre os servidores da alta burocracia e economistas do mercado, a atuação dele é incógnita, mas interlocutores do futuro secretário ressaltam que ele é bom de diálogo.

Há uma crítica de que o time é muito paulista e baseado na sua gestão na prefeitura. Economistas ouvidos pelo Estadão estão divididos em relação à qualidade da equipe.

Professor de finanças do Insper, o economista

Alexandre Chaia considera a equipe anunciada, no geral, boa, mas faz ressalvas. Um ponto positivo é que a maioria já trabalhou com o futuro ministro. Para ele, um foco de preocupação é Guilherme Mello, ligado à Unicamp e com uma formação econômica na linha desenvolvimentista.

Caio Megale, economistachefe da XP, avalia que a equipe é "um time bom tecnicamente".

"O Ceron é um cara tecnicamente muito sólido.

Ele teve um papel muito grande no equilíbrio das finanças da cidade." Megale afirma que a dúvida fica mesmo com secretários mais inclinados a uma linha mais heterodoxa.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF poderá limitar multa por erros em dados fiscais



Advogado Gustavo Haddad: cobrança de valores são por vezes muito superiores ao montante do próprio tributo

Bárbara Pombo

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve bater o martelo no ano que vem sobre uma questão com potencial de reduzir o custo das empresas com multas aplicadas pelos Fiscos. A discussão trata das penalidades por descumprimento e erros nas chamadas obrigações acessórias tributárias - declarações e emissões de documentos fiscais exigidas junto com o pagamento de **tributos**.

A Corte começou a analisar, no fim de novembro, em julgamento virtual, a proporcionalidade do valor dessas multas. Pode vir a estabelecer, com repercussão geral, um teto para as penalidades se prevalecer o voto do relator, ministro Roberto Barroso, nesse sentido. O ministro Dias Toffoli pediu vista e jogou a definição para o ano de 2023.

A discussão é relevante para a fiscalização e arrecadação pelos Fiscos e também para todos os contribuintes, especialmente considerando o cenário brasileiro sobre burocracias tributárias.

Até 1.501 horas por ano são gastas pelas empresas para o preenchimento das obrigações, segundo levantamento do Banco Mundial. O maior tempo entre os países analisados.

De acordo com o advogado Gustavo Haddad, sócio do

Lefosse Advogados, a decisão do STF pode vir a reduzir o volume de autos de infração. "Que são atualmente comuns nas esferas federal, estaduais e municipais e que impõem multas variadas por preenchimento equivocado de declarações e documentos fiscais, com cobrança de valores por vezes muito superiores ao montante do próprio tributo", afirma o tributarista.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat), de 16 Estados analisados 11 aplicam multa por descumprimento de obrigação acessória sobre o valor da operação - e não sobre o valor do tributo - o que deixa a conta ainda mais cara e desproporcional ao valor do imposto. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A Abat atua como interessada (amicus curiae) no caso (RE 640452). De acordo com o advogado Breno Vasconcelos, que representa a entidade na ação, um dos pontos centrais do julgamento é definir se essas multas podem recair sobre o valor da operação do contribuinte.

"Cerca de 70% dos Estados consultados têm norma idêntica ou similar à questionada no STF, com alíquotas que variam de 5% a 40% do valor da mercadoria ou do serviço tributável por ICMS", afirma Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Esse cenário, acrescenta, é de complexidade e impacta no contencioso tributário, que alcançou R\$ 5,44 trilhões em 2019, segundo estudo do Núcleo de Estudos em Tributação do Insper.

A discussão sobre o caráter confiscatório dessas multas chegou ao STF a partir de recurso da Eletronorte contra uma lei do Estado de Rondônia - já revogada - que fixava multa de 40% sobre o valor da operação pelo não cumprimento de obrigações acessórias. No caso, a empresa ficou sujeita a pagar cerca de R\$ 168,4 milhões pela falta de emissão de notas fiscais em compras de diesel para a geração de energia termelétrica.

O ICMS devido havia sido recolhido pela sistemática da substituição tributária, em que um contribuinte da

cadeia adianta o pagamento em nome dos demais. Na situação da Eletronorte, o valor da pena imposta pelo descumprimento da obrigação acessória foi o dobro do montante do imposto pago.

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) reduziu a multa para 5%. A companhia, ainda assim, levou a disputa ao STF alegando confisco. Depois aderiu a um programa de parcelamento do Estado e desistiu da ação.

Apesar do encerramento do caso concreto, o Supremo vai definir uma tese sobre os limites das multas aplicadas pelo Fisco por descumprimento de obrigação acessória, que será aplicada a outros casos sobre o mesmo tema.

Por causa dessa repercussão geral, segundo tributaristas, o julgamento é tão importante.

O ministro Roberto Barroso propôs uma limitação para essas penalidades. Com fundamento em outras decisões do STF, fixou um teto para as multas por descumprimento de obrigações acessórias, de 20% sobre o valor do tributo. Na prática, a base de cálculo não poderia ser o montante da operação. "Esse critério faz com que a gradação do quantum da penalidade acompanhe, inclusive, a capacidade contributiva", diz o ministro, no voto.

Gustavo Haddad, do Lefosse, afirma que a decisão do STF deve gerar repercussões também na esfera federal. Atualmente, a **Receita Federal** exige, por exemplo, multa de 3% do montante preenchido com erro na Escrituração Contábil Fiscal (ECF), independentemente de dolo (quando há intenção) ou culpa ao emitir ou declarar informações incorretas.

A Procuradoria da Fazenda Nacional também atua como amicus curiae no julgamento. Lembra que o STF, em 2020, julgou constitucional a exigência de multa por falta ou atraso na entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF). A penalidade prevista é apurada mensalmente e corresponde a 2% sobre os valores dos tributos a serem informados (RE 606010).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187418>

Âncora certa, maior PIB - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Um dos principais desafios do novo governo no campo econômico é aprovar, até agosto, conforme previsto na PEC da Transição, uma nova âncora fiscal para evitar que a dívida pública cresça continuamente acima do razoável. Isso se contraporá ao fracassado "teto de gastos", que, após atuar bem por um período curto, rapidamente deixou de funcionar. Sem entrar nas entranhas da despesa pública, imaginou-se, lá atrás, que bastaria fixar uma meta aceitável de crescimento do gasto não-financeiro total (meta essa, no caso da União, igual à inflação decorrida), para que, com vontade política mediana, se obtivesse esse resultado via uma gestão convencional na área do dispêndio público. A prática se revelou bem diferente, com o crescimento deste parecendo não ter limite, daí os mercados exigirem uma taxa de juros cada vez mais elevada para "rolar" a dívida pública, com tudo de ruim que isso implica.

O "x" da questão, pouco percebido, é a extremamente rígida estrutura do gasto público que se materializou ao longo do tempo em nosso país. Com foco na União, apenas dois itens, previdência e assistência social (esta uma prioridade óbvia), que, em 1987, correspondiam a 28,3% do total, em 2021 passaram a ostentar o peso de 68,2%. Ou seja, o peso de tal aglomerado cresceu não menos que 141% nesses 34 anos. Assim, como alguns outros itens crescem a taxas também elevadas, a contenção dos itens menos rígidos, notadamente os investimentos, hoje super comprimidos em todos os cantos, não se mostra mais capaz de impedir o desastre.

Além do mais, os gastos das demais esferas de governo, mais de 20 estados e acima de 2.000 municípios, têm mostrado comportamento similar, com a ênfase do maior crescimento recaindo exatamente sobre o item previdência. Para sentir o tamanho do pepino, e considerarmos os gastos previdenciários de todas as esferas em um período mais recente, o crescimento real médio se situou, em ordem crescente, em 3,1% e 5,1% ao ano na União (o primeiro se referindo ao regime próprio e o segundo ao do INSS, em 2006-21 e 2006-20, respectivamente); 5,9% ao ano no regime próprio dos estados (2006-18); e 12,5% no dos municípios (2011-18).

Especialmente por essa razão, e mantidas constantes as razões investimento privado/PIB, os investimentos públicos em infraestrutura de todas as esferas públicas vêm desabando há muitos anos. Em porcentagem do

PIB, a taxa de investimento público em infraestrutura caiu nove vezes do final dos anos 80 até hoje, e, junto com ela, a taxa de crescimento do PIB, esse o grande drama. Assim, o outro desafio central que o novo governo irá encarar - fortemente associado ao primeiro - é a retomada do crescimento econômico a taxas razoáveis, após décadas de desempenho pífio, o que nos traz de volta aos excessivos gastos previdenciários e aos poucos investimentos.

O fato é que, conforme estudos de destaque na área, quanto maiores os investimentos, maior o crescimento do PIB e menos desigual a distribuição de renda. E não adianta esperar muito, por enquanto, do lado dos investimentos privados, pois a razão investimento privado em infraestrutura/PIB está estagnada em torno de 1% do PIB desde os anos 80, e nada tem parecido capaz de movê-la daí.

Ou seja, na essência, não há como fugir da promoção do equilíbrio financeiro e atuarial de todos os regimes próprios de previdência, conforme o par.1º. do Art. 9º. da EC 103/19, embora muito pouco se tenha feito nessa direção, o que é difícil de entender. Assim, aquilo que deveria constituir o núcleo da nova âncora fiscal, ou seja, o comando para a zeragem dos deficits previdenciários, já até existe. Falta só implementá-lo com muito maior disposição. Zerados esses deficits, cria-se o espaço para investir mais e melhor, e, finalmente, crescer o PIB, o emprego e, por tabela, a receita pública.

A União precisa dar o exemplo, mas, com foco no caso mais frágil dos estados e municípios, devem-se projetar os deficits previdenciários nas próximas décadas, algo que já é uma rotina estabelecida nos entes, e finalmente calcular em quantos anos os investimentos, por falta de espaço, tenderiam a desaparecer. Por volta de 2019, fiz esse cálculo para o estado mais rico da federação, São Paulo, e, pasmem, verifiquei que, depois de ter investido R\$ 30 bilhões em 2009, a preços de 2019, isso tenderia a acontecer já em 2025, caso nenhum ajuste previdenciário fosse feito. Hoje esse quadro mudou um pouco, mas, ainda assim, sua situação financeira crítica é chocante.

No outro extremo em termos de dimensão, temos o caso do meu Piauí que, graças à competente gestão de Wellington Dias e equipe, cujo esforço de equacionamento acaba de reverter (2022) uma situação de deficit previdenciário previsto em R\$ 1,8 bilhão para algo ao redor de R\$ 0,3 bilhão.

Aproveitando a experiência de organizações que já existem, como o consórcio de governadores que Dias até a pouco dirigia, e as confederações de municípios, Lula deveria reunir os atuais titulares desses entes com Dias do seu lado, e apoiar a montagem e execução de um verdadeiro programa de equacionamento para o país voltar a crescer.

Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG
Âncora certa, maior **PIB**

Dias anuncia pente fino no Bolsa Família



Ándrea Malcher

O futuro ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias, afirmou na segunda-feira (26/12) que o governo passará um "pente fino" no cadastro do programa Bolsa Família para coibir irregularidades. "Nós temos um cadastro muito grande, com cerca de 90 milhões de pessoas. Tem coisas estranhas, cresceu muito o número de famílias unipessoais, aquelas formadas por uma só pessoa", afirmou.

Dias chamou a atenção para a necessidade de incluir os brasileiros que necessitam do Bolsa Família e não foram contemplados. "Assegurar o direito é o objetivo. Mas, também é um objetivo nosso acompanhar. Durante esse último período, tivemos inclusive o uso eleitoral do programa" disse, sem citar nome do presidente Jair Bolsonaro (PL). "Houve ações em que se suspeita de fraude", acrescentou. Justiça libera R\$ 1,6 bilhão em pagamento de atrasados do **INSS**.

Envolvidos em atentado estiveram no Senado com parlamentares bolsonaristas.

O relatório do Gabinete de Transição indica que 13,9 milhões de inscrições no Cadastro Único, necessárias para o acesso a programas sociais, configuram arranjos unipessoais. O CadÚnico também apresenta somente 60% dos dados atualizados.

Um levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), citado no relatório, mostra que a fila de espera para o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ajuda direcionada a pessoas com deficiência e idosos em situação de vulnerabilidade, conta, atualmente, com mais de 580 mil pessoas, e que o tempo médio para a concessão aumentou de 78 para 311 dias.

Outro aspecto é a ausência de consulta aos órgãos colegiados na implementação da maioria dos

programas de transferência de renda, como o Conselho Nacional de Assistência Social e a Comissão Tripartite.

Segundo Wellington Dias, o governo usará dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que deve ser concluído no início do novo mandato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para apurar a situação dos atuais contemplados pelo Bolsa Família.

"O IBGE, inclusive, trabalha com georreferenciamento, e isso vai ajudar a garantir eficiência na análise dessa base de dados, sempre com muita responsabilidade e cuidado", disse o futuro ministro. "Porém, naquilo que tiver de irregular, vamos tratar disso." O ex-governador do Piauí criticou o fato de denúncias de fraude no Bolsa Família, atualmente batizado de Auxílio Brasil, só tenham recebido atenção no fim do mandato de Jair Bolsonaro (PL). "É estranho que, com denúncias formais, ainda do primeiro semestre, somente no finalzinho do mandato se adotem medidas como essa", observou.

"Assumindo o mandato, nós teremos equipes de diferentes áreas, integradas com os estados e municípios, e vamos trabalhar para não deixar ninguém para trás, como prometeu o presidente. Mas também para garantir que o dinheiro público não seja utilizado de forma ilegal", reforçou Dias.

O relatório da transição apontou retrocessos durante o governo Bolsonaro, como a existência de 33 milhões de brasileiros em situação de insegurança alimentar, o que devolveu o Brasil ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

A implementação improvisada do Auxílio Brasil foi apontada como uma das razões para o que foi chamado de caos do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que teve redução de 96% no orçamento para 2023, comparado ao valor destinado este ano. O valor designado foi de R\$ 50 milhões, que, de acordo com o relatório, não serão suficientes "sequer para um mês de funcionamento dos equipamentos de proteção básica e especial e das unidades de acolhimento." A conclusão é que o panorama que Lula encontrará é de sobrecarga do SUAS, "com sistemas administrativos defasados, alta rotatividade de profissionais e baixos salários, ao mesmo tempo em que ocorre um aumento da demanda pelos serviços socioassistenciais", em meio a um empobrecimento do país. Newsletter Assine a

newsletter do Correio Braziliense. E fique bem informado sobre as principais notícias do dia, no começo da manhã. [Clique aqui](#). Cobertura do Correio Braziliense Quer ficar por dentro sobre as principais notícias do Brasil e do mundo? Siga o Correio Braziliense nas redes sociais. Estamos no Twitter, no Facebook, no Instagram, no TikTok e no YouTube. Acompanhe!

Tesouro lança título de "aposentadoria"

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

No aniversário dos 20 anos do programa Tesouro Direto, o governo criou um novo título público voltado especialmente para funcionar como uma renda adicional à aposentadoria. O título, que recebeu o nome de Tesouro RendA+, poderá ser comprado pelas pessoas físicas a partir de 30 de janeiro. O pagamento poderá ser feito por Pix.

É um título que entrará na cesta de papéis do programa Tesouro Direto de venda pela internet para atender investidores que querem complementar sua aposentadoria.

Hoje, o valor máximo de aposentadoria que o **INSS** paga aos beneficiários é de pouco mais de R\$ 7 mil.

Há um período de acumulação, no qual o aplicador não recebe o pagamento pelo Tesouro do fluxo de juros do papel, como ocorre com papéis com características semelhantes. Com o Tesouro RendA+, o aplicador escolhe uma data de aposentadoria e garante renda complementar por 20 anos (240 parcelas) após o vencimento do papel.

Essas parcelas funcionam como aposentadoria complementar ou salário extra quando as pessoas estiverem mais velhas.

O decreto de criação do Tesouro RendA+ foi publicado, na semana passada, no Diário Oficial da União. Ele é um título da série NTN-B, que são papéis que garantem ao investidor a **inflação** oficial, o IPCA, mais uma taxa de juros. Hoje, os juros estão acima de 6% ao ano.

O valor recebido por 20 anos é mensalmente corrigido pela **inflação**, garantindo assim o poder de compra. Se a data da aposentadoria for em 2060, por exemplo, o investidor compra títulos com esse prazo de vencimento.

Nessa data, ele passa a receber a renda até 2080. Serão ofertados oito prazos de vencimento, com intervalos de cinco anos, de 2030 a 2065.

Ao Estadão, o secretário do Tesouro Nacional, Paulo Valle, diz que o título dá opção de planejamento para a aposentadoria, demanda dos investidores do Tesouro Direto, que há duas décadas ampliou a base de investidores em papéis do governo federal.

Até então, os títulos públicos não podiam ser comprados diretamente por pessoas físicas.

O foco do Tesouro RendA+, afirma ele, é a simplicidade. "É um produto simples. O investidor só tem de saber quando quer se aposentar e quanto quer receber", diz. Um simulador no portal do Tesouro Direto faz a conta para o investidor e diz quantos títulos precisam ser adquiridos para o investidor receber a "aposentadoria" desejada.

"Nosso foco era fazer um produto simples que qualquer cidadão entendesse, como o celular, que é um aparelho complexo mas todo mundo sabe utilizar." O título foi inspirado no trabalho dos professores Robert Merton (Nobel Economia em 1997) e Arun Muralidhar, que introduziu o conceito de SeLFIES. Os SeLFIES são produtos financeiros que facilitam o processo de poupar para uma **previdência complementar**.

"Nosso foco era fazer um produto simples que qualquer cidadão entendesse" Paulo Valle Secretário do Tesouro Nacional

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nomes anunciados por Haddad dividem opinião de analistas

Daniele Madureira e Lucas Bombana

Os nomes anunciados na quinta (22) para a equipe do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), dividiram especialistas. Para alguns, a nomeação de Rogério Ceron (Tesouro Nacional), Robinson Barreirinhas (**Receita Federal**), Guilherme Mello (Política Econômica) e Marcos Barbosa Pinto (Reformas) parece um repeteco do governo Dilma Rousseff (PT), de viés desenvolvimentista.

Para outros, a equipe completa, com Bernard Appy como secretário especial para a **reforma tributária** e Gabriel Galípolo como secretário-executivo, tem qualificação suficiente para garantir uma boa interlocução com o mercado financeiro.

Na opinião de Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos, só o nome de Bernard Appy agradou até o momento. "Mas ele vai para uma secretaria especial, para cuidar de **reforma tributária**", afirma. Rogério Ceron, para a Secretaria do Tesouro, também foi "bom", mas é "uma secretaria que não tem muito o que mexer, está redonda", diz.

"No geral, os nomes do Haddad deixaram a desejar no quesito de serem mais plurais, como ele havia prometido", diz Cruz. "Os nomes de Guilherme Mello, Gabriel Galípolo e outros são bem distantes do que a gente imaginava", afirma o estrategista.

"O Galípolo escreveu um artigo neste ano com o Haddad falando sobre uma moeda única para o Mercosul. Todo o mundo fica mais receoso com as idéias dele. E o Guilherme Mello tem uma agenda bem mais parecida com a do Nelson Barbosa [ex-ministro da Fazenda] e a do Mareio Holland [ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda], que não funcionou bem no governo Dilma."

"Não tem como ser otimista com o que vem adiante, apesar de torcer para que seja um grande ministro", afirma.

Juliana Inhasz, professora e coordenadora da graduação em economia do Insper, acredita que Haddad tenha pecado ao não colocar um técnico de carreira na Receita (Barreirinhas é advogado e foi secretário de Assuntos Jurídicos da cidade de São Paulo).

Um dos virtuais temas na agenda de Barreirinhas seria a taxaçoão de grandes fortunas, o que, para Juliana, "toma uma energia imensa" com ganhos muito baixos.

No Tesouro, o nome de Ceron traz "algum alento" por ser um auditor de carreira. "Mas a gente poderia estar mais bem servido com alguém que já trabalha com isso, como o Felipe Salto", diz.

Marcos Barbosa Pinto, na Secretaria de Reformas Econômicas, vem do mercado financeiro (ex-diretor do BC e sócio da Gávea Investimentos), mas não "apazigua": "Tem uma política mais alinhada à esquerda".

A professora do Insper faz mais ressalvas ao nome de Guilherme Mello para a Secretaria de Política Econômica. "É um acadêmico extremamente novo, sem experiência no setor público, com uma visão distorcida do papel do Estado, carregada de ideologias", diz. "Estamos dando o barco na mão de um aventureiro."

Rafael Pacheco, da Guide Investimentos, concorda, mas diz que o mercado já havia antecipado uma nomeação de Mello. A maioria dos nomes anunciados não foi uma grande surpresa, afirma.

O economista da Guide diz ainda que, apesar das declarações de Haddad sobre responsabilidade fiscal, ainda há um ceticismo dos agentes financeiros em razão da indicação de nomes que defendem uma maior intervenção do Estado na economia.

Economista-chefe da Mirae Asset Wealth Management, Júlio Hegedus Netto considera os secretários anunciados na semana passada "jovens muito bem formados".

Ex-secretário de Fazenda de São Paulo na gestão Haddad, Rogério Ceron conseguiu sanear as finanças do município, quarto maior orçamento do país, diz Hegedus Netto. "Sob sua gestão, aliás, São Paulo obteve grau de investimento pelas agências de rating."

Já Marcos Barbosa Pinto, afirma o economista da Mirae, terá a responsabilidade de criar novos projetos na área econômica. Hegedus Netto lembra que o novo secretário chegou a ser indicado em 2019 por Joaquim

Levy para o BNDES, mas seu passado nos governos petistas acabou fazendo com que Bolsonaro o vetasse, resultando depois na saída do próprio Levy.

Ele acrescenta ainda que, embora formado pela Unicamp, Mello é considerado um economista bem qualificado tecnicamente, sem tantos ranços ideológicos, considerado mais pragmático.

William Baghclassarian, economista do Ibmeq Brasília, vê as escolhas com um "otimismo cauteloso". Rogério Ceron tem muita experiência, Bernardo Appy é referência em **reforma tributária**, e os demais integrantes conhecem o mercado financeiro e são capazes de promover uma boa interlocução, acredita: "Não compartilho com a expectativa de que vai vir o caos".

Já para André Biancarelli, diretor do Instituto de Economia da Unicamp, o anúncio de nomes como o de Guilherme Mello vem contrabalançar o fracasso de uma política econômica "alinhada aos anseios do mercado financeiro, adotada nos últimos dois governos [Michel **Temer** e Jair Bolsonaro] ". "É uma pessoa aberta a opiniões diferentes e a negociar", diz Biancarelli. Segundo ele, o novo secretariado de Haddad, de maneira geral, mostra-se aberto ao diálogo e a escolhas sensatas, que privilegiem o coletivo, ao contrário do governo anterior, que adotou uma postura "sectária".

Leia mais na pág. A17

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50138&anchor=6470482>

Estado e empresas perdem com disputas tributárias (Editorial)

Mais um ano vai começar com o Judiciário com uma pauta tributária bilionária de casos para julgar. A expectativa era que as gavetas fossem limpas nos últimos meses, inclusive com a facilidade dos julgamentos em plenário virtual no Supremo Tribunal Federal (STF), mas o Judiciário está deixando para trás cerca da metade dos casos esperados. No plenário virtual, não há debate entre os ministros.

Os dez processos que não serão julgados neste ano têm impacto financeiro estimado em mais de R\$ 46 bilhões para a arrecadação, de acordo com o levantamento do Valor (14/12). Soma-se a isso mais R\$ 265 bilhões se a União for obrigada a devolver o que foi recolhido pelos contribuintes nos últimos cinco anos. As informações têm como base o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022 e memoriais da Advocacia-Geral da União (AGU).

O estoque total de pendências é muito maior. Segundo o mesmo anexo da LDO, chega a R\$ 807,4 bilhões a soma das ações judiciais de natureza tributária no STF, e a R\$ 35,2 bilhões no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Só o processo que trata da exclusão do PIS e da Cofins da sua própria base de cálculo, ainda sem previsão de julgamento, tem impacto potencial de R\$ 12 bilhões para a arrecadação e de R\$ 60 bilhões com uma possível devolução do que foi pago pelos contribuintes. Já a repercussão financeira da exclusão do ISS da base de cálculo das contribuições sociais é de R\$ 6,1 bilhões e R\$ 32,3 bilhões, respectivamente.

Um dos julgamentos suspensos neste fim de ano com perspectiva de retomada em 2023 é chamado de "bomba fiscal" porque envolve R\$ 115 bilhões e refere-se à cobrança de PIS e Cofins das instituições financeiras. A discussão, que já dura mais de uma década, é se a Fazenda Nacional pode exigir PIS e Cofins sobre receitas financeiras, como as obtidas com juros, por exemplo. Os bancos argumentam que só devem recolher os **tributos** sobre receitas com a prestação de serviços, venda de mercadoria ou a combinação das duas, como a emissão de talão de cheques, a abertura de conta corrente e a realização de transferências.

A discussão começou em 2000 e durou até 2014,

exemplo cabal de que o calendário não pesa para a Justiça. Naquele ano, foi publicada a Lei 12.973, que passou a prever a tributação pelo PIS e Cofins sobre todas as receitas da atividade empresarial. As instituições financeiras passaram a recolher os **tributos** também sobre as receitas financeiras, mas contestaram a posição no Judiciário. Apenas o relator, ministro Ricardo Lewandowski, votou até o momento e concordou com a tese dos bancos. O ministro Dias Toffoli, no entanto, pediu vista e jogou a definição para 2023.

Há questões complexas envolvendo outros níveis de governo. Também ficou para o próximo ano a discussão entre empresas e governos estaduais sobre a cobrança do diferencial de alíquotas (difal) do ICMS, que estava no plenário virtual, mas passou para o presencial depois do pedido de destaque da ministra Rosa Weber, atendendo a solicitação de governadores. Não há mais agenda para o debate presencial neste ano e ele só deve ocorrer em 2023. Com a mudança, a votação recomeça do zero.

A discussão é sobre a data de início das cobranças do diferencial de ICMS, neste ano ou a partir de 2023. A diferença de tempo tem custo elevado para os Estados: R\$ 9,8 bilhões estão em jogo. Do outro lado da mesa estão as empresas que estavam ganhando na votação ocorrida até agora. As de varejo são as mais atingidas. Quem vendeu sem o imposto vai ter prejuízo se tiver que recolher a diferença.

Todo esse labirinto de regras reforça a necessidade de uma **reforma tributária**, com simplificação e a racionalização das regras. A burocracia e demora nos julgamentos têm um custo. O Observatório do Contencioso Tributário do Insper calculou que chegava a 73% do Produto Interno Bruto (**PIB**) o custo das disputas tributárias nos tribunais federais, estaduais e municipais em 2018. No ano seguinte, subiu para 75% do **PIB**. Embora não existam dados mais recentes, nada indica que o percentual tenha recuado.

Do lado das empresas, pesquisa do Insper constatou que a litigância relacionada a **tributos** equivale, em média, a 57% do faturamento anual da operação brasileira de empresas transacionais. Nos outros países em que operam, é de 3,3% da receita. O contencioso no Brasil representa 98,7% de toda a litigância que essas empresas enfrentam considerando

todos os países em que atuam, e é importante fator desfavorável aos investimentos no país.

Com juros altos, renda fixa deverá seguir em alta em 2023 - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Pela primeira vez em décadas, os países mais ricos do mundo enfrentam **inflação** acima ou perto de dois dígitos. Na Itália, o indicador ficou em 11,8% no acumulado entre outubro de 2021 e outubro de 2022. No Reino Unido, 11,1%. Na Alemanha, 10,4%. Se for computada a média da Zona do Euro, o índice é igualmente alto: 10,6%. Nos Estados Unidos, os 7,7% representam enorme preocupação em uma nação que teve **inflação** anual entre 2% e 4% nas últimas três décadas. O Brasil, com seu histórico de descontrole inflacionário, vive situação um pouco mais confortável, mas nem tanto (6,5% em 12 meses). Como se sabe, a consequência da pressão dos preços é o aperto das condições monetárias. Em outras palavras: juros elevados ao longo de 2023, o que deverá novamente diminuir o apetite dos investidores por ativos de risco. Como em 2022, portanto, a renda fixa deverá ser a estrela do universo das finanças no ano que vem.

Banco do Brasil aumenta aposta em energia sustentável O Banco do Brasil amplia os investimentos em energia sustentável. Apenas em dezembro, inaugurou quatro usinas solares - agora possui sete no total. Os novos empreendimentos ficam em Xique-Xique, na Bahia; Rio Paranaíba, em Minas Gerais; Loanda, no Paraná; e Lins, em São Paulo, e foram construídos pela empresa do setor energético EDP. Segundo a instituição, as quatro plantas compensarão o consumo energético de 365 agências e farão o banco deixar de emitir 3 mil toneladas de gás carbônico por ano.

Investimentos do setor aéreo ficarão abaixo do nível pré-pandemia O setor aéreo, um dos mais atingidos pela pandemia de covid-19, está distante de recuperar os indicadores de antes da crise. Em 2023, conforme projeção da Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata, na sigla em inglês), 4,2 bilhões de pessoas deverão usar o transporte aéreo. Em 2019, foram 4,5 bilhões. Os investimentos do setor também não voltaram ao velho ritmo. Eles provavelmente chegarão a US\$ 812 bilhões no ano que vem, abaixo dos US\$ 876 bilhões desembolsados em 2019.

Idosos querem saúde e jovens sonham com mais dinheiro Uma pesquisa realizada pelo Ipec a pedido do laboratório Pfizer identificou os principais desejos dos brasileiros para 2023. Ter boa saúde é o mais

importante para maiores de 60 anos, enquanto os jovens sonham ganhar mais dinheiro. "Para a terceira idade, a saúde é prioridade porque, muitas vezes, esse é um público que já começou a sentir como o bem-estar pode ser decisivo para a pessoa poder realizar qualquer coisa que almeje", afirmou Adriana Ribeira, diretora médica da Pfizer Brasil.

950% foi quanto cresceu o número de investidores em fundos imobiliários (conhecidos como FIIs) nos últimos 4 anos, conforme levantamento da XP. Atualmente, quase dois milhões de brasileiros possuem ativos desse tipo Não trabalhei um dia sequer pela minha herança e não pago um centavo por ela. Está na hora de me fazerem pagar **impostos**" Marlene Engelhorn, descendente de Friedrich Engelhorn, fundador da alemã Basf, a maior empresa química do mundo Rapidinhas » A taxa de vacância dos galpões logísticos brasileiros ficou em 9,78% no terceiro trimestre - foi a primeira vez que o resultado veio abaixo de dois dígitos, segundo a consultoria Newmark. A pandemia e a explosão do comércio eletrônico levaram as varejistas a ampliar seus estoques, o que impulsionou a demanda por galpões.

» Os fundos de ações globais sofreram resgate recorde em 2022. Até 21 de dezembro, os investidores retiraram US\$ 42 bilhões de suas posições, um recorde desde que esse tipo de levantamento começou a ser realizado, há quatro décadas. O movimento é uma resposta ao aumento da taxa de juros por diversos bancos centrais do mundo.

» O preço dos imóveis novos e usados tem subido muito acima da **inflação**. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o valor praticado em 10 capitais acelerou 14,7% nos 12 meses encerrados em outubro. Para 2023, contudo, os especialistas esperam por altas mais moderadas.

» Um levantamento feito pelo Sebrae descobriu que 27% das micro e pequenas empresas não usam redes sociais, sites ou aplicativos para vender seus produtos ou serviços. O dado revela que o mercado digital tem espaço para avançar no país. Afinal, 77% dos brasileiros têm acesso à internet e podem ser convertidos em consumidores.

Redução de tributo sobre herança chegaria a R\$ 4 bi

MÁRCIA DE CHIARA

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na quarta-feira um projeto de lei que reduz o imposto sobre doações e heranças. Se sancionada, a medida deve piorar a arrecadação do Estado, já afetada pelo corte no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis, energia elétrica e comunicações.

"O projeto é uma bomba fiscal, por isso recomendo o veto", afirmou o secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Felipe Salto. Nas suas contas, a redução das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) deve retirar mais de R\$ 4 bilhões da arrecadação.

O projeto prevê a redução da alíquota de 4% para 1% sobre a tributação incidente sobre heranças e de 4% para 0,5%, no caso de doações. Segundo Salto, o caminho recomendável tem sido o oposto: "aumentar o ITCMD".

A partir da aprovação, o governador tem 15 dias úteis para vetar, total ou parcialmente, o projeto. Caso isso não ocorra, ele é tido como sancionado.

O governador Rodrigo Garcia (PSDB) tem até 31 de dezembro para se manifestar. Depois, a decisão será de Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Procurado, Rodrigo não quis responder se irá sancionar ou vetar o projeto. A assessoria de Tarcísio respondeu que a Secretaria de Fazenda e Planejamento fará um parecer técnico para que seja analisado pelo governador eleito.

Para o professor de Direito Tributário Gabriel Quintanilha, da FGV Direito Rio, a medida é "desproporcional, desnecessária e extremamente perigosa", porque a Lei Orçamentária do Estado foi aprovada sem a previsão de perda. "O governo vai ter de prever outras formas de compensação e pode ter que aumentar outros **impostos**", diz.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula assume com economia abatida, inflação latente e emprego sem fôlego



O futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Adriano Machado - 9.dez.2022/Reuters

Leonardo Vieceli E Eduardo Cucolo

Um cenário econômico que analistas costumam chamar de desafiador aguarda o novo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2023.

Para o próximo ano, as projeções indicam um crescimento menor do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro, que tende a desacelerar devido a uma combinação de fatores.

Juros altos, perda de ritmo da economia mundial, fim do estímulo da reabertura após as restrições na pandemia e endividamento das famílias fazem parte dessa lista.

Com o possível freio do **PIB**, a expectativa é de um desempenho morno para o mercado de trabalho, enquanto as previsões sinalizam **inflação** ainda pressionada no país.

É claro que esse cenário pode mudar -para melhor ou pior- a partir das decisões do próximo governo. Por ora, analistas aguardam mais sinalizações sobre a política econômica de Lula e suas diretrizes na área fiscal.

O temor de elevação de gastos durante a gestão petista já provocou ruídos no mercado financeiro e segue como motivo de alerta para parte dos economistas.

Outro ponto de atenção é o cenário externo, especialmente em relação ao rumo da política monetária nos EUA.

"O cenário para 2023 é de crescimento mais baixo do que neste ano", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. A MB projeta avanço de 0,5% para o **PIB** do próximo ano, após previsão de alta de 3% em 2022.

O especialista menciona que a agropecuária tende a colher uma "safra excelente" em 2023, mas o campo, sozinho, não deve garantir um avanço mais expressivo para a atividade econômica.

Com isso, a taxa de desemprego deve ficar "mais estabilizada", segundo o economista, após o ciclo de queda que levou o indicador a 8,3% no trimestre até outubro, o mais recente com dados disponíveis.

"O que traz a taxa de desemprego para baixo é o crescimento econômico. Então, é provável que ela fique rondando 8% ou 9%."

O economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos, projeta taxa de desocupação entre 9% e 10% no próximo ano, com uma alta "gradual", e "não abrupta".

Mercadante também aponta que o efeito defasado dos juros elevados deve frear a atividade econômica em 2023.

A Rio Bravo estima avanço de 0,7% para o **PIB** no próximo ano, mas não descarta um aumento de até 1%, após uma alta prevista de 3,1% em 2022.

"A atividade econômica vai crescer, mas bem menos do que neste ano, principalmente pelo efeito da política monetária", afirma.

"Tem outros pontos que merecem destaque, como o bom desempenho da agropecuária. A safra de grãos vai ser muito boa no ano que vem. A gente também deve ter alguma resiliência do mercado de trabalho. O rendimento, que ficou mais alto, deve ter impacto na atividade", diz.

O C6 Bank prevê um resultado mais baixo para o **PIB** de 2023. A estimativa do banco é de estagnação da atividade econômica, com o indicador marcando 0%, após avanço de 2,8% em 2022.

"A gente já vê sinais de desaceleração", aponta a economista Cláudia Moreno, do C6 Bank.

Ela avalia que a provável perda de fôlego pode ser atribuída a pelo menos três fatores: o fim do processo de reabertura da economia, a desaceleração global e o impacto dos juros altos.

O C6 Bank também projeta que a **inflação** oficial do Brasil, medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), fechará o próximo ano em 5,9%, depois dos efeitos dos cortes tributários que devem levar o indicador para 5,6% em 2022.

Assim, 2023 marcaria o terceiro ano consecutivo de estouro da meta de **inflação** no país. "É um quadro de preços ainda pressionados", diz Moreno.

A Rio Bravo, por sua vez, prevê IPCA de 5,2% em 2023, depois de avanço de 6% estimado para 2022. A MB Associados projeta **inflação** de 5,3% no próximo ano, após alta de 6% em 2022.

Para esfriar a economia e tentar conter o aumento dos preços no país, o BC (Banco Central) elevou os juros básicos (Selic) a 13,75% ao ano. Analistas avaliam que a taxa só deve começar a cair a partir de meados de 2023.

O que pode atrasar o início dos cortes, diz Sergio Vale, da MB, é o risco fiscal. "O ponto-chave é entender qual será a regra fiscal a ser criada no primeiro semestre do ano que vem."

José Pena, economista-chefe da Porto Asset Management, está com uma projeção de crescimento mais otimista para 2023, de 1%, mas afirma que o número tende a ser revisto para baixo em breve. Essa possível revisão se deve a um nível de incerteza maior, no cenário interno e externo, em relação ao que se esperava há um ou dois meses.

O quadro atual é de risco de aumento das expectativas de **inflação**, com indicações de crescimento do gasto público para sustentar uma demanda que ainda é relativamente forte, em meio a uma baixa ociosidade, o que posterga o cenário de corte de juros.

O que pode ajudar a manter viva a expectativa de redução da taxa básica Selic em um futuro não tão distante seria uma reversão do ciclo de alta de juros no exterior, especialmente nos EUA, e a continuidade do processo de normalização das cadeias globais de suprimento.

"Se começar a se materializar uma perspectiva de que o Fed [banco central dos EUA] está prestes a acabar

seu ciclo de alta, isso vai nos ajudar. Se o Fed surpreender com uma alta maior, isso vai punir ainda mais os ativos de risco mundo afora, os brasileiros entre eles", afirma Pena.

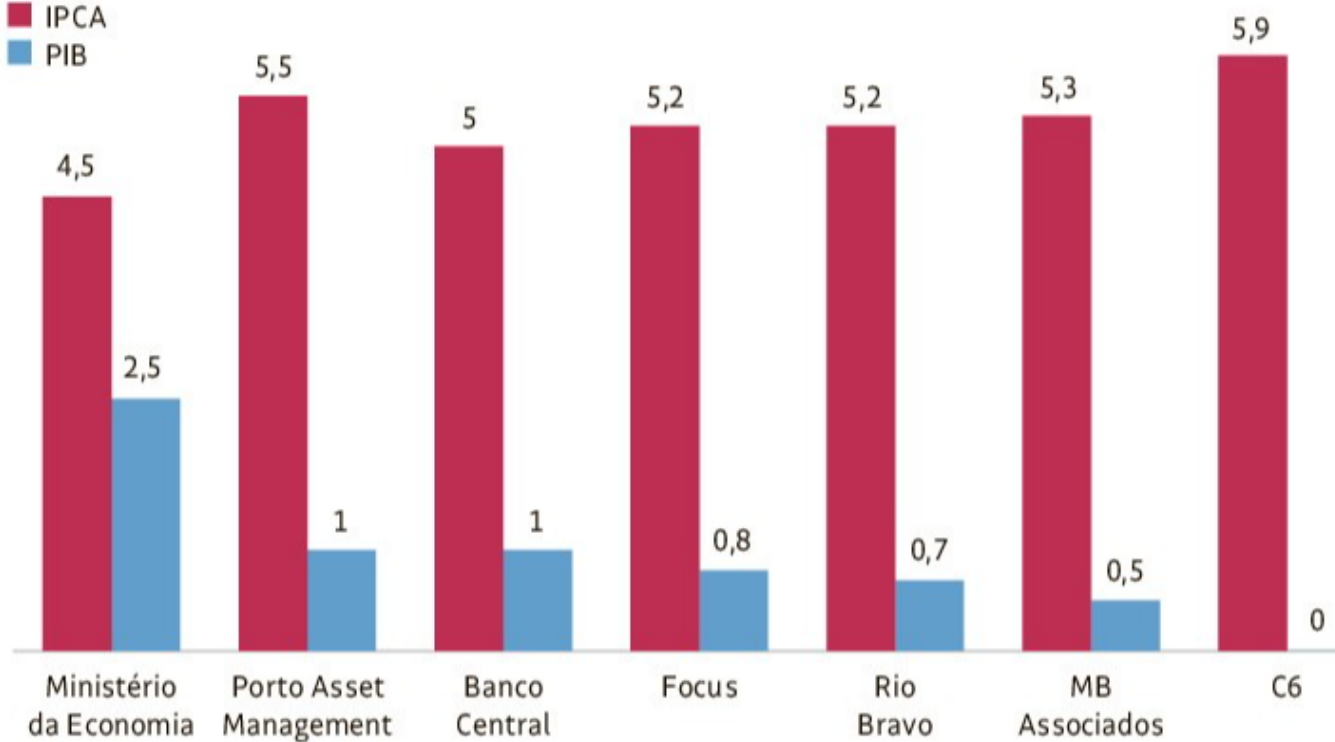
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50138&anchor=6470482>

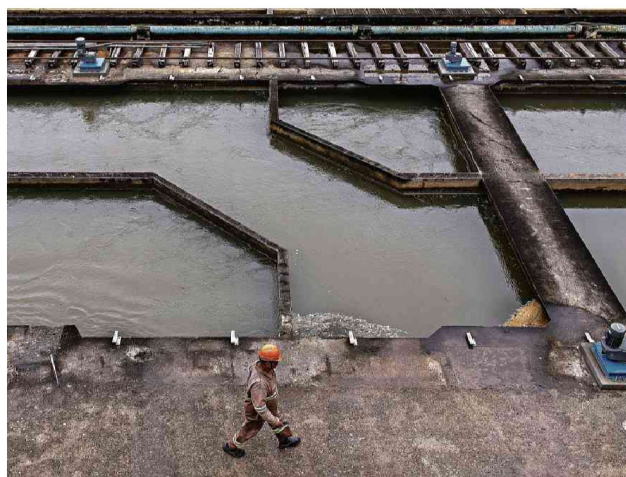
Projeções para 2023

Em %

■ IPCA
■ PIB



Saneamento tem lacuna anual de R\$ 22 bi em investimentos



Estação de tratamento de água da Cedae, antiga estatal do Rio de Janeiro, concedida em 2021. Eduardo Anzelli - 24/11/2022 / Folhapress

Eduardo Cucolo

Concessões na área de saneamento realizadas desde 2020 devem garantir investimentos de R\$ 72 bilhões nos próximos anos, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, valor ainda aquém das necessidades para universalização do fornecimento de água e esgoto tratado no Brasil.

Há oito grandes projetos que somam R\$ 52,2 bilhões em investimentos. A maior parte desse valor (64%) se refere às concessões da Cedae, antiga estatal do Rio de Janeiro, em 2021. As outras grandes licitações que saíram do papel estão concentradas em cinco estados (Mato Grosso do Sul, Alagoas, Amapá, Ceará e Espírito Santo). Apenas uma delas foi realizada em 2022.

Há ainda R\$ 15,5 bilhões de investimentos em dez projetos em fase de estudo. A maioria, sem data para ir a leilão.

Das licitações já realizadas, R\$ 30,2 bilhões serão gastos no período do próximo mandato presidencial (2023-2026).

De acordo com a Abdib (associação das empresas de infraestrutura), os investimentos públicos e privados em saneamento básico somaram 0,20% do PIB, ou R\$ 17,1 bilhões, em 2021. O valor representa menos da metade da necessidade anual, calculada em 0,45% do PIB, ou R\$ 39,1 bilhões, pela entidade.

O Plano Nacional de Saneamento Básico, elaborado

em 2013, tem entre suas metas a universalização dos serviços de água e saneamento básico no Brasil em 20 anos.

Um estudo da consultoria KPMG e da Abcon/Sindcom, entidade que reúne as concessionárias privadas de água e esgoto, apontou uma necessidade de investimentos anuais de R\$ 39 bilhões a partir de 2018 para universalizar o saneamento no Brasil.

Os resultados dos últimos anos, no entanto, ficaram abaixo desse patamar (um terço do projetado). Em 2022, o valor foi atualizado para mais de R\$ 70 bilhões por ano.

"Os investimentos em sistemas de abastecimentos de água são de R\$ 164 bilhões, e em sistemas de esgotamento sanitário superam os R\$ 436 bilhões, revelando a demanda expressiva e urgente do setor por mais investimento para que a universalização seja alcançada dentro do prazo previsto em lei", diz o estudo.

As três maiores estatais de saneamento -Sabesp (SP), Copasa (MG) e Sanepar (PR)- divulgaram planos de investimentos para os próximos cinco anos que somam R\$ 46,2 bilhões.

Segundo a Abdib, a defasagem de investimentos em infraestrutura atualmente é mais visível em dois setores, transportes e logística e saneamento básico, nos quais ainda será necessária participação relevante do investimento público nos próximos anos.

A instituição destaca as modernizações importantes que foram realizadas na regulação do setor. "A aprovação do Novo Marco do Saneamento trouxe expectativas positivas em relação à melhoria nos níveis de atendimento de água tratada e esgoto."

GRANDES PROJETOS LICITADOS DESDE 2020

Concessão da Cedae (RJ) Data: 2021 Investimentos estimados: R\$ 33,5 bilhões Descrição do projeto: Melhorias na preservação e recuperação do meio-ambiente, com a despoluição dos corpos hídricos, inclusive redução da poluição na Baía de Guanabara Vencedores do leilão: Blocos 1 e 4 - Consórcio Aegea; Bloco 2 - Consórcio Iguá; Bloco 3 - Saab Participações

PPP esgotamento sanitário no Ceará (Bloco 1 e 2) Data: 2022 Investimentos estimados: R\$ 6,2 bilhões (R\$ 2,8 bilhões nos primeiros cinco anos) Descrição do Projeto: Serviço de esgotamento sanitário nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri (total de 24 municípios, incluindo a capital) Vencedor do leilão: Aegea

Concessão para abastecimento de água e esgotamento sanitário no Amapá Data: 2021 Investimentos estimados: R\$ 4,8 bilhões Descrição do Projeto: Concessão plena do saneamento para ampliação do serviço nos 16 municípios do estado Vencedor Leilão: Consórcio Equatorial Part. e Invest. 3 e SAM Ambiental e Engenharia

Concessão na região metropolitana de Maceió (AL) Data: 2020 Investimentos estimados: R\$ 2,6 bilhões (R\$ 2 bilhões nos seis primeiros anos) Descrição do Projeto: Implantação, operação e manutenção de sistema de distribuição de água e esgoto em parceria com a Casal (companhia estadual) Vencedor do leilão: BRK Ambiental Participações S.A.

Concessão no Agreste do Sertão (AL) Data: 2021 Investimentos estimados: R\$ 1,897 bilhão Descrição do Projeto: Implantação, operação e manutenção de sistema de distribuição de água e esgoto em parceria com a Casal (companhia estadual) em 34 municípios Vencedor do leilão: Consórcio Águas do Sertão (Allonda Ambiental e Conasa)

Concessão na Zona da Mata Litoral Norte (AL) Data: 2021 Investimentos estimados: R\$ 988 milhões Descrição do Projeto: Implantação, operação e manutenção de sistema de distribuição de água e esgoto em parceria com a Casal (companhia estadual) em 27 municípios Vencedor do leilão: Consórcio Verde Ambiental (CYMI Saneamento e Aviva Ambiental)

Parceria Público Privada de Esgotamento Sanitário de Mato Grosso do Sul Data: 2020 Investimentos estimados: R\$ 1,7 bilhão Descrição do Projeto: área de 68 municípios atendidos pela Sanesul Vencedor do leilão: Aegea

PPP Cariacica e Viana (região metropolitana de Vitória/ES) Data: 2020 Investimentos estimados: R\$ 580 milhões Descrição do Projeto: Ampliação, manutenção e operação do sistema de esgotamento sanitário do município de Cariacica e Viana. Ao longo desse contrato, a região metropolitana de Vitória deve alcançar a cobertura universal de água e tratamento de esgoto.

Vencedor do leilão: Aegea

PROJETOS EM ESTUDO

Paraíba Saneada Investimentos estimados: R\$ 4,0 bilhões Descrição do Projeto: Ampliação do sistema de distribuição de água e coleta de esgotos, beneficiando 93 municípios das regiões do sertão e litoral do Estado (dois blocos). Estudos em fase de desenvolvimento. Deve prever parceria com a Cagepa (Companhia de Água e Esgotos da Paraíba)

PPP esgotamento sanitário em 31 municípios no RS Investimentos estimados: R\$ 3 bilhões Descrição do Projeto: Projeto depende da privatização da Corsan (companhia estadual), vencido pela Aegea em 20 de dezembro

Concessão para Resíduos Sólidos Urbanos em Teresina (PI) Investimentos estimados: R\$ 2,379 bilhões Descrição do Projeto: Consulta e audiência pública finalizadas em 22/08/2022, com a publicação de respostas e relatório final

Concessão de Saneamento e Drenagem Pluvial em Porto Alegre (RS) Investimentos estimados: R\$ 2,17 bilhões Descrição do Projeto: A modelagem está sendo feita com o apoio do BNDES. Os estudos para a inclusão da drenagem pluvial são realizados pela Rhama Consultoria Ambiental

PPP na região metropolitana de Natal Investimentos estimados: R\$ 1,5 bilhão Descrição do Projeto: A parceria público-privada tem o objetivo de agilizar a universalização dos serviços de esgotamento sanitário na região metropolitana

Universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Acre Investimentos estimados: R\$ 1,287 bilhão Descrição do Projeto: Concessão dos serviços de água e esgoto por um período de 35 anos. Em fase de prospecção de mercado

Esgotamento sanitário região metropolitana de Feira de Santana (BA) Investimentos estimados: R\$ 1,184 bilhão Descrição do Projeto: Esgotamento sanitário e gestão comercial para 19 municípios da região, que possui índice de atendimento de apenas 48% dos imóveis. Em fase de estruturação

Universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Rondônia Investimentos estimados: Em estudo Forma de contratação do projeto: Concessão Descrição do Projeto: O projeto encontra-se em fase de estruturação conforme contrato com o BNDES para realização dos estudos de viabilidade. Leilão previsto para novembro de 2023

Usina de Dessalinização no Maranhão Investimentos estimados: Em estudo Descrição do Projeto:

Concessão de Usina de Dessalinização na região Itaqui-Bacanga, projeto voltado para sanar os problemas de saneamento do estado

Universalização do abastecimento em Sergipe
Investimentos estimados: Em estudo
Descrição do Projeto: Expandir o serviço para a totalidade dos municípios sergipanos (75), com população estimada de 2,3 milhões de habitantes. Estudos técnicos em elaboração pelo BNDES. Dos 71 Municípios atendidos pela companhia estadual (Deso), apenas 7% possuem esgotamento sanitário

Fonte: Livro Azul da Infraestrutura 2022/Abdib

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50138&anchor=6470482>

Mercado vê juros a 12% e inflação maior em 2023

VITOR DA COSTA

Na esteira da aprovação da "PEC da Transição" pelo Congresso, o mercado elevou projeções para juros e **inflação** nos próximos anos, segundo o boletim Focus, do Banco Central (BC). A previsão para a Taxa Selic subiu de 11,75% ao ano para 12% no fim de 2023. E mesmo ao fim de 2024, analistas estimam que os juros ainda estarão em 9% ao ano.

A perspectiva de juro alto por um período prolongado - a taxa está hoje em 13,75% ao ano - segue a percepção de que os preços continuarão a pressionar o orçamento do brasileiro. O mercado elevou de 5,17% para 5,23% a previsão para o IPCA, índice oficial de **inflação** no próximo ano. Caso o prognóstico se confirme, ficaria fora da meta definida para 2023, de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. A projeção para o índice neste ano recuou de 5,76% para 5,64%.

-Questões ainda em aberto sobre a condução da política fiscal no próximo ano têm ganhado cada vez mais peso na avaliação dos agentes de mercado. A perspectiva de aumento dos gastos em proporção demasiada pode ter desdobramentos significativos para o câmbio e, conseqüentemente, para a **inflação** - disse o economista da CM Capital, Matheus Pizzani.

Para Felipe Moura, sócio e analista da Finacap Investimentos, é cedo para falar em desancoragem de expectativas, mas fica claro que o mercado avalia que o corte de juros pelo BC deve ser postergado.

-Inicialmente, o mercado já trabalhava com corte de juros no primeiro semestre do ano que vem. O gatilho para a mudança foi a PEC, que promoveu uma alteração na percepção de **inflação** e de quando o BC poderá começar a cortar juros.

ALTA DOS JUROS FUTUROS

A expectativa para a alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023 seguiu em 0,79%, e a projeção para 2024 caiu de 1,67% para 1,50%.

No caso do dólar, a expectativa para o término de 2022 continuou em R\$ 5,25. Para 2023, a previsão aumentou de R\$ 5,26 para R\$ 5,27.

Em dia de liquidez reduzida devido ao não funcionamento dos mercados na Europa e nos EUA, os ativos locais passaram por movimento de ajuste após as valorizações vistas na semana anterior. O dólar subiu 0,84%, negociado a R\$ 5,2089, após atingir a máxima de R\$ 5,2147.

Já o Ibovespa caiu 0,87%, aos 108.738 pontos. O principal índice da B3 foi pressionado pela baixa nos papéis da Petrobras, dos bancos e de ativos ligados à economia local, com o avanço dos juros futuros.

Entre as ações, a Petrobras ON (com voto) caiu 0,32%, e a PN (sem voto), 0,72%. No setor financeiro, Itaú PN e Bradesco PN tiveram quedas de 1,98% e 2,38%, respectivamente.

Entre as maiores baixas, figuravam papéis ligados à economia local. Totvs ON caiu 4,59%, e Lojas Renner ON cedeu 5,35%.

Os juros futuros voltaram a subir após a queda na semana passada. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,515% para 13,56%, e a do DI para janeiro de 2025 subiu de 12,825% para 12,93%.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

0,87%

**Foi a queda do Ibovespa
no pregão de ontem**

Bolsa tem dia de liquidez reduzi-
da. No câmbio, moeda americana
avançou 0,84%, a R\$ 5,20